



MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS

Número 199 - Fevereiro 2014

NOSSA OPINIÃO

- A luta por direitos e a importância da mobilização e das lutas sociais

TERRITÓRIOS SITIADOS POR PLANTAÇÕES INDUSTRIAIS DE ÁRVORES E OUTROS MEGAPROJETOS

- Nigéria: Okomu Oil Palm Company - destruindo as comunidades para expandir o dendê
Nos círculos de investimentos, a Okomu Oil Palm Company é apresentada como uma história de sucesso, com o anúncio do maior dividendo de sua história, pago aos acionistas em 2013. Mas, neste tipo de agronegócio extrativista, o sucesso para os investidores tem um custo elevado para as comunidades.
- Serra Leoa: Relatório da Green Scenery sobre disputa de terras envolvendo a empresa SOCFIN
Um mês após o confronto entre donos de terras na Chefia de Sahn Malen, distrito de Pujehun, no sul da Serra Leoa, e a Empresa Agrícola SOCFIN, a Green Scenery publicou um relatório de 13 páginas sobre a repressão aos membros da comunidade que vêm defendendo seus direitos à sua própria terra.
- Indonésia: Luta contra a concentração de terras da empresa de óleo de dendê PT Hardaya
Os aldeões do distrito de Buol, em Sulawesi Central, vêm lutando há 20 anos para recuperar suas terras. Todas as terras e florestas consuetudinárias foram concedidas sem conhecimento nem consentimento deles para a criação de um enorme plantação de dendê (palma) de 22.000 hectares. O negócio teve um custo altíssimo: as terras e florestas usadas por mais de 6.500 famílias foram destruídas.
- Chile: empresas florestais e direitos indígenas, um conflito histórico
Historicamente, a relação entre as comunidades mapuche e a indústria florestal foi marcada pelo conflito, basicamente em função do avanço da indústria sobre terras reivindicadas pelas comunidades e do impacto sobre o hábitat destas.
- Território de mangue: "cultura, tradição e espaço vital dos povos costeiros"
O manguezal, um dos elementos fundamentais que sustenta a vida nas zonas costeiras, é acima de tudo território, base da soberania alimentar dos povos costeiros. Além da indústria do camarão, ele sofre as ameaças de megaprojetos como exploração petrolífera, megaprojetos turísticos, açudes e represamentos de rios, extração de minérios nas costas e nos leitos marinhos, monocultivos de árvores e de culturas para a produção de agrocombustíveis como a cana de açúcar e o dendê (palma africana), grandes complexos portuários, projetos eólicos, entre outros.

POVOS EM AÇÃO

- Apoia os Tupinambá na Bahia, Brasil, pela demarcação das suas terras e contra a militarização!
- Nigéria: coalizão social exige alteração do Projeto de Lei sobre a Indústria do Petróleo como forma de restaurar a transparência e a responsabilização no sector petrolífero
- A empresa austríaca Andritz recebeu o prêmio de responsabilidade “Vergonha do ano 2013” por seu envolvimento em megaprojetos desastrosos

RECOMENDADOS

- Novo site investigativo e crítico sobre as corporações transnacionais francesas - Observatório das multinacionais
- There you go!

NOSSA OPINIÃO

- A luta por direitos e a importância da mobilização e das lutas sociais

A luta por direitos a nível internacional tem avançado muito nas últimas décadas. Muitos países já reconhecem uma série de direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Populações e povos que dependem das florestas, sobretudo os indígenas, já têm ganhado mais reconhecimento em termos de direitos a seus territórios tradicionalmente ocupadas a nível internacional. Mesmo assim, apesar destes avanços, muitas violações de direitos continuam ocorrendo e aumentando, como podemos ver neste boletim com artigos e depoimentos de Nigéria, Sierra Leone, Indonésia e Chile.

O que chama a atenção é que nas histórias contadas neste boletim, de comunidades que buscam defender seus direitos, que as empresas que se apropriam de suas terras, também se acham no direito de fazer isso, se consideram também portadores de direitos. E no jogo de poder desigual, os estados tendem a privilegiar os direitos individuais de empresas e os direitos dos mercados livres, sobre os direitos coletivos de comunidades indígenas, camponesas e outras afetadas pelas ações dessas empresas.

Para avançar nas lutas por direitos, continua fundamental, sem dúvida, a luta por garantir e manter os direitos das comunidades que, cada vez mais, são afetadas por grandes projetos empresariais que querem se apropriar dos seus territórios, até mesmo da natureza como toda (veja nosso boletim de janeiro 2014 sobre “serviços ambientais”). Além disso, a luta por direitos coletivos como as lutas da Via Campesina pelo direito a soberania alimentar e pelos direitos das camponesas e camponeses em geral, têm uma importância grande, exatamente por serem direitos coletivos e não individuais, quer dizer, são direitos que mexem na lógica da privatização e da apropriação individual/empresarial do capitalismo; mexem na lógica do neoliberalismo, a partir do qual as transnacionais se acham no direito – individualizado - de se apropriar de e mercantilizar absolutamente tudo: territórios de povos e comunidades, as águas, até mesmo o carbono e a biodiversidade das florestas são vendidos para garantir grandes empresas exercer seu “direito de poluir”.

Mas parece ser fundamental também que a luta por direitos não pode ser dissociada da luta que visa organizar e mobilizar as comunidades para defender aquilo que é mais sagrada para elas:

seus territórios.

Esses são mais ameaçados como nunca antes, se olhamos para as previsões e planos das transnacionais de extração de minério, de petróleo, de construção de hidrelétricas e planos de expansão do agronegócio. Por isso, as histórias de comunidades que lutam por seu território, na maioria das vezes de forma muito isolada, mostra a importância da necessidade da organização e da mobilização, de buscar ampliar sempre o leque de alianças com movimentos sociais e outros segmentos da sociedade civil que compartilham o compromisso com a luta contra as injustiças e pela transformação social. Isso não só parece ser crucial para fazer avançar a luta por direitos, mas também para questionar mais efetivamente as relações de poder injustas e desiguais que regem o mundo, o que resulta numa falta constante de efetivar direitos fundamentais para a maioria do povo e concede muitos direitos a uma minoria que representa os interesses do grande capital produtivo e financeiro-especulativo.

Início

TERRITÓRIOS SITIADOS POR PLANTAÇÕES INDUSTRIAIS DE ÁRVORES E OUTROS MEGAPROJETOS

- Nigéria: Okomu Oil Palm Company - destruindo as comunidades para expandir o dendê



A Okomu Oil Palm, que atua no negócio de óleo de dendê (palma), bem como na produção de borracha, foi criada em 1976 como um projeto-piloto do governo federal da Nigéria, cobrindo uma área de 15.580 hectares, dos quais 12.500 poderiam ser plantados com dendê. Em 1979, a companhia foi constituída como empresa privada de responsabilidade limitada e, em 1990, dentro de um Programa de Ajuste Estrutural, converteu-se em uma Sociedade Anônima. Ela integra a belga Socfin, um ator global no cultivo de óleo de dendê, bem como borracha, café e flores tropicais. A Socfin detém 62,69% das ações da Okomu Oil Palm.

Desde então, a companhia cresceu e se tornou uma das maiores empresas de óleo de dendê da Nigéria, com uma área plantada de 9.713 hectares (2012) no Estado de Edo, com planos de acrescentar 402 hectares em 2013 e outros 400 em 2014.

O relatório anual da empresa para 2012 anunciou a intenção de expandir suas plantações de dendezeiros e seringueiras. Ele também revelou planos para construir a maior fábrica de óleo da África, aumentando a capacidade de produção de óleo, de 30 toneladas por hora para 60 toneladas por hora (veja artigo sobre Sierra Leone).

Entre os investidores, a Okomu Oil Palm Company é apresentada como uma história de sucesso, com o anúncio do maior dividendo de sua história, pago aos acionistas em 2013. Mas, neste tipo de agronegócio extrativista, o sucesso para os investidores tem um custo elevado para as comunidades.

Em entrevista ao WRM, o morador local Sunny Ajele, fala sobre como a vida para as comunidades mudou com a expansão das plantações de óleo de dendê da Okomu:

“Nossa experiência começou em 1998, quando a Okomu Oil Palm destruiu três aldeias: Oweike, Agbede, & Ijawcamp (Owieke, Ajbede e Ijawkam) sem que os moradores recebessem indenização. Quando as aldeias foram destruídas, os chefes morreram de frustração depois que as retroescavadeiras vieram sem aviso. O governo do estado criou uma comissão para investigar, mas ela nunca visitou as aldeias. O relatório do comitê afirmou que os moradores eram ocupantes ilegais e as aldeias só tinham sido fundadas na década de 1950, apesar de uma parte deste relatório da comissão ad hoc conter elementos provando que a aldeia já existia em 1935. Também havia uma portaria florestal que dava aos moradores o direito de cultivar, pescar, residir, e ela é datada de 1912”.

“Como resultado desse relatório da comissão ad hoc, os moradores se sentiram devastados. Então, em 2010, a Okomu Oil Palm enviou um último aviso à comunidade de Makilolo e, dizendo que nós tínhamos um determinado número de dias para sair. A nota foi entregue pela polícia militar. A comunidade, nessa fase, disse ‘basta’, e nós dissemos ao governo que eles deveriam se preparar para um enterro em massa se fosse necessário. Ainda assim, não obtivemos resposta do governo”.

“Nessa fase, o diretor-administrativo da Okomu Oil Palm, o Dr. Graham Hefer, que tinha pedido que assinássemos o memorando ou seríamos expulsos, iniciou suas férias. O memorando foi redigido exclusivamente pela empresa, sem a nossa colaboração. A polícia, agências de segurança e os moradores se reuniram para tentar resolver a situação. O chefe de polícia afirmou que, se a empresa tivesse o certificado de ocupação, a aldeia não poderia ter êxito. Ele: ‘Implorem para que a empresa deixe vocês ficarem’. Nós dissemos: ‘Isso não é possível’. A aldeia, em seguida, também se reuniu com o Diretor Geral da Okomu Oil Palm. Ele propôs um Memorando de Entendimento, e disse que esperava uma decisão da comunidade sobre a oferta no prazo de 24 horas”.

“Ninguém no seu perfeito juízo assinaria esse memorando, pois ele teria nos levado direto à escravidão. Assim, a aldeia se recusou a assiná-lo”.

“A seguir, a empresa trancou a comunidade, cortando o acesso ao mercado. Para chegar ao mercado, tínhamos que fazer um enorme desvio, passando por outro estado, para deixar a área, porque eles tinham nos trancado ali dentro. O percurso direto à cidade de Benin leva cerca de uma hora e meia. Tendo que pegar a rota pelo do estado de Ondo, é uma viagem de um dia inteiro”.

Sunny falou sobre encontros com os soldados ao longo da rota direta a Benin City, que os aldeões usavam normalmente, dizendo que os soldados nessa rota tinha instruções que diziam: “Se virem moradores da aldeia, atirem”. O impasse durou de 17 de dezembro de 2010 a 25 de Fevereiro de 2011.

“Nós informamos a polícia de que a ação provavelmente representaria uma perturbação da ordem pública, que a juventude se rebelaria se o portão não fosse reaberto em breve. No entanto, o

portão permaneceu trancado”, explicou.

“Eu recebi uma chamada enganadora para ir ao escritório. Eu fui e me prenderam no local do encontro por supostamente planejar lançar uma bomba. Eles me deixaram preso por um dia e depois eu fui liberado. Em 18 de janeiro de 2011, fui convidado novamente. Diziam que eu tinha sequestrado um homem branco na plantação, e que o homem teria sido ferido gravemente e teve que ser enviado ao exterior para tratamento. Eu perguntei: ‘Como é que eu poderia ter feito isso? Eu estava na cadeia, com vocês, aqui, naquele dia. Como eu poderia ter sequestrado alguém na plantação ao mesmo tempo?’ Um funcionário do Serviço de Segurança do Estado me disse baixinho que eles estavam tentando amarrar para mim, e que a questão era séria”.

“Nessa época, eu cancelei o meu telefone, saí de casa e fiquei escondido. Consegui entrar em contato com o chefe do departamento jurídico da ERA/FoEN, Chima Williams, através de seu diretor de projeto para florestas e biodiversidade. A ERA escreveu imediatamente uma carta à administração da Okomu Oil Palm PLC, exigindo que o único caminho de entrada e saída para a aldeia, bloqueado pela empresa, fosse aberto aos membros da comunidade, e em segundo lugar, que os membros não fossem obrigados a assinar um Memorando de Entendimento do qual que não faziam parte. Foi nesse momento que a ERA me sugeriu para eu parasse de fugir”.

“Foi convocada uma reunião com o diretor-geral da Okomu Oil Palm, representantes da comunidade, o serviço de segurança do Estado, soldados, chefes supremos da aldeia [paramount chiefs]. O diretor redigiu outro acordo, prometeu nivelar a estrada, dar formação a 60 jovens por ano, fornecer bolsas de estudo, atualizar a escola... essas promessas deveriam ser implementadas até o final de 2011 – tudo sob a condição de que a aldeia assinasse o memorando de entendimento que a comunidade já havia rejeitado. Se essa oferta não fosse aceita, a empresa não ofereceria nada. E a aldeia respondeu: ‘Nós não podemos assinar’”.

“Ao mesmo tempo, a empresa começou a trabalhar com algumas pessoas da aldeia para que assinassem o memorando, e algumas acabaram assinando. A empresa, então, afirmou ter doado quatro litros de óleo de dendê e muitos livros ... mas os livros doados ainda estão na casa dos que assinaram o memorando sem o consentimento da comunidade. A pessoa que assinou se tornou assessor especial da empresa para assuntos comunitários. Toda a comunicação com a empresa tem que passar por ele (ele também está planejando se candidatar a chefe supremo da aldeia)”.

“No final de 2013, a estrada ainda está nivelada apenas pela metade. Em 2012, eles começaram a abrir um poço porque o rio que os moradores costumavam usar não é mais utilizável durante a estação chuvosa, quando todos os agrotóxicos que a empresa usa na plantação são levados ao rio. Os moradores ainda bebem a água, mas sabem que não é boa para eles”.

As acusações e a criminalização continuaram. Sunny Ajele, por exemplo, foi acusado de comandar acampamentos militares. Um oficial lhe informou confidencialmente que a ordem tinha sido “encontrá-lo e dar um jeito nele, acabar com ele”, ou seja, matar Sunny.

Desde então, a situação se tornou um pouco menos tensa, mas ainda insuportável para a comunidade. Cinquenta hectares foram “doados” à aldeia, com a condição de que nenhuma estrutura permanente fosse erguida, de que não houvesse plantios, de que cães e cabras fossem mantidos fora das plantações. Caso contrário, a comunidade poderia ser despejada. Cada veículo que entrasse ou saísse da aldeia teria que pagar 200 Naira (cerca de US\$ 1,20) pelo uso da estrada, enquanto caminhões de alimentos pagariam mais. Recentemente, a cobrança de veículos

particulares cessou, mas os veículos comerciais ainda são cobrados.

“Deixar a aldeia ou voltar para casa é como atravessar uma fronteira. Se eles vêem que você está vindo com uma câmera, a câmera será apreendida”, Sunny explicou. “A empresa tem um hospital, mas apenas para o seu pessoal, e não para os moradores da aldeia. Eles também têm o direito de chegar e revistar qualquer ‘casa’, à vontade. Há a acusação constante de que estamos roubando frutos do dendê. Mais de 20 moradores já foram presos. Então, nós somos escravos na nossa própria terra. O memorando de entendimento dá à empresa o direito de demolir a nossa aldeia a qualquer momento, como aconteceu com as outras três. Nessas três áreas, onde o plantio já começou, as pessoas estão proibidas de entrar, enquanto as plantações são guardadas por soldados pagos pela empresa”.

Esta história fala do verdadeiro custo da expansão do dendê. Populações locais humildes e corajosas, que defendem seus direitos, pagam um alto custo, e muitas vezes arriscam suas vidas. No entanto, as manchetes descrevem as empresas que ostentam seus ganhos.

Com base em uma entrevista feita com Sunny Ajele por Jutta Kill, do WRM, durante um encontro internacional realizado de 2 a 5 de novembro de 2013, em Calabar, estado de Cross River, Nigéria. Ver também a Declaração de Calabar (<http://wrm.org.uy/meetings-and-events/calabar-declaration/>).

Início

- Serra Leoa: Relatório da Green Scenery sobre disputa de terras envolvendo a empresa SOCFIN



Um mês após o confronto entre donos de terras na Chefia de Sahn Malen, distrito de Pujehun, no sul da Serra Leoa, e a Empresa Agrícola SOCFIN (ver Boletim 197 do WRM, em <http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/serra-leoa-empresas-de-dendezeiros-violam-os-direitos-a-terra>

[-das-comunidades-locais/](http://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/serra-leoa-empresas-de-dendezeiros-violam-os-direitos-a-terra)), a Green Scenery publicou um relatório de 13 páginas sobre a repressão aos membros da comunidade que vêm defendendo seus direitos à sua própria terra.

O relatório foi o resultado de uma missão de investigação à região para corroborar fatos sobre a prisão e o tratamento abusivo dado pela polícia a 57 cidadãos.

O relatório da Green Scenery destaca que “a empresa SOCFIN arrendou do governo um total de 6.500 hectares. Enquanto comunidades/proprietários e usuários de terra discutem a forma como isso foi feito, a SOCFIN conseguiu garantir seu domínio sobre essa área de terra e plantou quase tudo com dendezeiros. A operação da SOCFIN afeta uma população estimada em 9.000 pessoas e

22 aldeias dentro dessa área.

Mas o desejo insaciável da SOCFIN por mais terra continua a impulsionar a empresa a tomar mais território, mesmo durante a vigência do contrato de arrendamento. Representantes da empresa confirmam que ela controla atualmente 7.100 hectares de terra, uma área superior a 600 hectares, o que viola seu acordo com o governo. Hoje, mais de 40 comunidades e uma população total de mais de 10.000 pessoas são afetadas pelas operações da empresa. Apesar de todo o conflito que a aquisição de terras está causando, a SOCFIN continua trabalhando com o Chefe Político local (Paramount Chief) e seu porta-voz para tirar à força a terra de seus donos e repassá-la à empresa.

A Green Scenery considera que “um dos problemas no setor de terras pode estar relacionado a governança”. Assim, explica que, embora o “o espírito do cap. 122 [da Constituição], como lei, possa ser interpretado de forma positiva, por não permitir a venda da terra das províncias e a apropriação da terra das Autoridades Tribais (conselho de chefia), cujo líder é o Chefe Maior, ela tem uma lacuna que está sendo explorada e mal usada. Esse mau uso está gerando a atual instabilidade em regiões afetadas pela concentração de terras, como Malen.

Uma importante lacuna é a entrega da tutela de terras ao Conselho da Chefia em nome das comunidades. Aparentemente, a lei que entrega a terra ao cuidado das autoridades da Chefia autentica a prática do direito consuetudinário de cessão/aquisição da terra em muitas partes do país. No entanto, o desafio é que a lei está sofrendo abusos por parte de certas autoridades de Chefia, autoridades governamentais e agentes, devido a sua frouxidão e à definição mal explicitada do papel dessa tutela.

É muito importante que, neste período de revisão constitucional, seja aproveitada para tratar da questão da propriedade e da posse da terra, bem como de frases ou palavras problemáticas que estejam causando confusão e tensão em torno da terra.

Ao examinarmos os fatores envolvidos, continuamos a observar a tendência a se intensificar o conflito em Malen. Enquanto continuamos a monitorar a concentração de terras em Serra Leoa, notamos, nessa observação sobre Malen, que o conflito passou de um desacordo leve a uma grave disputa. Além disso, quanto mais o tempo passa sem que se tome qualquer ação para lidar verdadeiramente com o problema, que é mantido debaixo do tapete na esperança de que se resolva, corre-se o risco de que ele se aprofunde. Nesta fase, a situação requer diálogo franco por parte de todos os cidadãos de Malen, sejam ou não proprietários de terras. Ela exige a tomada de decisões que sejam humanas o suficiente para respeitar os direitos dos cidadãos e garantir que as pessoas decidam seu próprio destino.

Fonte: “Report on the incident of police arrest and highhanded measure of fifty seven citizens in Malen Chieftom, Pujehun district”, de Joseph Rahall, Milton Kainyande, Green Scenery, Dezembro de 2013, publicado em Janeiro de 2014, enviado por Frank Williams, Green Scenery, <f.williams@greenscenery.org>, http://wrm.org.uy/wp-content/uploads/2014/02/Arrest_of_fifty_seven_citizens_in_Malen_Chieftom.pdf

[Início](#)

- Indonésia: Luta contra a concentração de terras da empresa de óleo de dendê PT Hardaya



Os aldeões do distrito de Buol, em Sulawesi Central, vêm lutando há 20 anos para recuperar suas terras. Todas as terras e florestas consuetudinárias foram concedidas sem conhecimento nem consentimento deles a uma das famílias mais ricas e poderosas da Indonésia. Trata-se do magnata Murdaya Widyawimarta e sua esposa Siti Hartati Cakra Murdaya, e a concessão se deu através da holding da família, o Grupo Cipta Cakra Murdaya, para a criação de um enorme plantação de dendê (palma) de 22.000 hectares. O negócio teve um custo altíssimo: as terras e florestas usadas por mais de 6.500 famílias foram destruídas.

Quando a operação começou, em 1994, muitos moradores se colocaram na frente de caminhões e se agarraram às árvores para impedir que elas fossem cortadas nas florestas ao redor de suas aldeias. No entanto, devido ao apoio militar à operação, eles pouco podiam fazer. Com o tempo, a interminável monocultura de dendezeiros pertencentes à empresa PT Hardaya Inti Plantations substituiu as terras onde os moradores costumavam plantar suas árvores frutíferas e seus arrozais.

Desde 2005, a área plantada com dendê na Indonésia quase dobrou, e agora cobre pelo menos 8,2 milhões de hectares, cerca de um terço de toda a terra arável do país, e Sulawesi é um dos principais alvos da imensa expansão das plantações de dendezeiros. Essa expansão é alimentada pela crescente demanda global por óleo vegetal barato para processamento de alimentos e biocombustíveis, mas também é resultado de uma brutal desigualdade.

Fundo de pensão norueguês retira investimentos de determinadas empresas de dendê

A Indonésia compartilha com a Malásia a posição de líder mundial na produção de óleo de dendê (palma), que cresceu exponencialmente nos últimos anos.

A área total de plantações de dendê na Indonésia aumentou 279% entre 1998 e 2008, convertendo, legal e ilegalmente, enormes áreas de floresta em plantações de monoculturas e atingindo cerca de 7 milhões de hectares. Em 2009, o governo anunciou que pretendia realizar uma expansão de mais 18 milhões de hectares.

A expansão das plantações de dendezeiros tem causado inúmeros conflitos com as comunidades locais, bem como críticas generalizadas em função do desastroso impacto ambiental da destruição da floresta em grande escala.

A Noruega é um dos países que tem investido em empresas de óleo de dendê (637 milhões de dólares em 21 empresas), entre elas, a Wilmar International, de Cingapura. Mas, recentemente, a maior seguradora da Escandinávia, a

Storebrand, anunciou que não vai mais investir em “vilões do clima”, referindo-se não apenas a não renováveis, como o carvão, que contribui para uma grande quantidade de emissões de CO2, mas também o óleo de dendê, já que seu grande crescimento é uma das principais causas do desmatamento nos trópicos, e, portanto, uma enorme fonte de emissões de carbono.

Fonte:

http://www.theecologist.org/News/news_round_up/2259146/norwegian_pension_giant_drops_investments_in_coal_tar_sands_palm_oil.html;

<http://www.u-landsnyt.dk/nyhed/19-11-12/b-redygtig-palmeolie-sv-rt-opdrive-i-danske-butikk>;

<http://www.regnskog.no/no/s%C3%B8keresultat/attachment/30008/binary/27091?download=true&ts=137126c547d>

Apesar das poderosas forças mobilizadas contra eles, os moradores do Distrito de Buol estavam determinados a recuperar suas terras. Uma série de bloqueios de estradas e outras ações de protesto forçaram a PT Hardaya a negociar um acordo, em maio de 2000, segundo o qual a empresa concordava em fornecer cerca de 4.900 hectares de terras para compensar os moradores desalojados e estabelecer um programa de fomento – conhecido na Indonésia como plasma farming – pelo qual a empresa iria preparar e plantar dois hectares de dendê para cada família e comprar a safra a um preço acordado.

Porém, apenas um mês depois, a empresa negou ter feito o acordo e se ofereceu apenas para executar um programa de fomento em 15.000 hectares, fora da área de concessão, em terras que o governo da província teria de identificar.

Foi um doloroso revés para os habitantes da aldeia. Empobrecidos por anos de luta e sem qualquer apoio à causa por parte do governo, os protestos se esgotaram e a empresa conseguiu avançar com suas operações e começou a se expandir fora da área de concessão.

O desmatamento e o plantio de dendezeiros ao longo das margens de rios e em encostas, dentro e fora da área de concessão, causou grave erosão no solo, com a maior parte terminando no Rio Buol, de fluxo rápido.

O programa de fomento prometido pela empresa pouco se concretizou. Até agora, apenas 400 hectares foram alocados, e a maior parte dessas terras foi para políticos locais que a apoiaram.

As condições de trabalho na plantação são péssimas. Existem mais de 3.000 pessoas trabalhando, muitas das quais perderam suas terras para a mesma empresa. Elas vivem em acampamentos deteriorados e são pagas de acordo com a quantidade que colherem.

Hamsi é um desses trabalhadores, e vive com sua esposa e filhos em um quarto apertado, em um dos campos de trabalho da plantação. Nos últimos 13 anos, ele e a esposa trabalharam por semanas longas e difíceis nesse lugar.

“Não importa o quanto a gente se esforce, estamos sempre devendo”, diz Hamsi.

Não são apenas os baixos salários que mantêm seus trabalhadores pobres. A empresa deduz constantemente todos os tipos de despesas – desde a eletricidade e a água que eles usam em

suas casas até as ferramentas e os equipamentos de segurança de que precisam para trabalhar. Ao final de cada mês, diz Hamsi, não sobra nenhum dinheiro.

A esposa de Hamsi, como outras trabalhadoras da plantação, é responsável pela pulverização de pesticidas. Um dos pesticidas usados amplamente na plantação é o Gramaxone (paraquat), um herbicida proibido em mais de 30 países devido aos graves efeitos que tem sobre a saúde humana. Ela diz que não recebeu treinamento nem equipamento de proteção da empresa, e que pulverizou pesticidas durante toda a gravidez e logo após o parto, já que não podia se dar ao luxo de ter folgas não remuneradas.

Em 2012, os trabalhadores das plantações tinham formado um sindicato e começaram a pressionar por melhores condições de trabalho. Juntos, decidiram assumir a luta contra a empresa, mais uma vez sob a bandeira do Fórum Tani Buol. Em 2012, organizaram um bloqueio de estrada e ocuparam o gabinete do prefeito. O governo e funcionários da empresa responderam prometendo buscar uma solução para o conflito de terras, mas nada se concretizou. Em março de 2013, camponeses e trabalhadores ocuparam a planta de processamento da empresa. O governo enviou militares para removê-los, mas não antes de eles lhe arrancarem a promessa de impor uma solução.

Apesar dos anos de promessas não cumpridas, os moradores se sentem otimistas quanto à possibilidade de recuperar suas terras e estão até começando a discutir o que farão com elas quando isso acontecer. Eles estão de acordo sobre as terras serem geridas coletivamente e não por propriedade individual, e reconhecem que têm pouca escolha a não ser manter a produção de dendê até que as árvores atuais estejam totalmente maduras e possam ser substituídas por outras culturas.

A experiência das comunidades em Buol mostra como os profundos impactos das plantações de dendezeiros sobre as comunidades locais pioram com o tempo. Os escassos benefícios que uma plantação proporciona, seja em termos de emprego ou através de programas de fomento, não substituem a perda de acesso e controle sobre as terras e águas que as comunidades usam para garantir suas necessidades de alimentos e seus meios de subsistência.

É neste contexto que a solidariedade e o monitoramento internacionais da situação são fundamentais. Os moradores estão ansiosos para dar mais visibilidade internacional ao seu caso. Eles dizem que uma das maneiras em que as pessoas podem apoiar é assinando um abaixo-assinado que será enviado à PT Hardaya Inti Plantation.

Leia o abaixo-assinado em apoio à luta dos moradores de Buol em http://www.grain.org/bulletin_board/entries/4870-petition-for-the-struggle-of-buol-farmers-forum-against-land-grabbing-by-pt-hardaya-inti-plantations, e entre em contato com os moradores através da AGRA: agraindonesia12@gmail.com

Extraído e adaptado de “Long struggle against Indonesia oil palm land grab”, GRAIN, janeiro de 2014, <http://www.grain.org/article/entries/4868-long-struggle-against-indonesia-oil-palm-land-grab>

Início

- Chile: empresas florestais e direitos indígenas, um conflito histórico



Historicamente, a relação entre as comunidades mapuche e a indústria florestal foi marcada pelo conflito, basicamente em função do avanço da indústria sobre terras reivindicadas pelas comunidades e do impacto sobre o hábitat destas.

Três grupos empresariais monopolizam o mercado florestal no Chile: Forestal Arauco, Compañía Manufacturera de Papeles y Cartones (CMPC) e MASISA. As plantações florestais dessas grandes empresas concentram a propriedade de um total de 1.715.910 hectares, de acordo com cifras de 2007, em sua maioria nas regiões de Biobío, La Araucanía, Los Ríos e Los Lagos, onde a propriedade florestal no território mapuche tradicional corresponde a três vezes as terras indígenas reconhecidas pelo estado.

A maior parte das plantações florestais se estabeleceu em terras ancestrais mapuches. As comunidades afetadas por essa indústria reivindicam direitos de propriedade sobre as terras plantadas com monoculturas que lhes foram usurpadas, tanto durante a época da colônia quanto depois do golpe de Estado de 1973.

As “terras usurpadas”

As “terras usurpadas” correspondem àquelas reivindicadas pelos mapuches como de sua propriedade por terem sido adjudicadas pelo Estado a particulares ou, em outros casos, efetivamente usurpadas de forma concreta por estes – em sua maioria empresas de plantações – apesar da existência de títulos de propriedade indígena.

Embora tenha havido, posteriormente, uma morna política de restituição de terras a povos indígenas, ela foi insuficiente e o problema da terra continua.

Atualmente, o projeto de lei de Fomento Florestal, que modifica e amplia o Decreto 701, – norma que regula a atividade e incentiva ao plantio de monoculturas de árvores – aponta para a expansão da indústria florestal aos pequenos produtores, canalizando verbas. Mas isso não significa que se priorizem os pequenos produtores em detrimento das grandes empresas. Ao contrário, diante da falta de terras disponíveis para o setor industrial, em grande medida devido ao fato de se tratarem de terras indígenas ou terrenos muito pequenos, busca-se impulsionar uma reconversão produtiva de camponeses indígenas e não indígenas. O objetivo é que acabem cultivando para a grande indústria, a qual lhes definirá o preço e comprará a produção.

É por isso que o modelo florestal de monocultivos industriais de árvores foi e continua sendo um processo invasivo na sociedade mapuche, já que as plantações florestais pressionam a disponibilidade de terras e modificam os espaços territoriais, bem, como as relações

socioespaciais das comunidades mapuches. Esse avanço da indústria florestal acaba colonizando o território e obrigando as comunidades mapuches e os pequenos proprietários a abandonar seu sistema de vida e seus costumes, forçando-os a gerar microempresas florestais ou trabalhar como empregados assalariados da indústria florestal.

Mesmo assim, as comunidades não desistiram em reivindicar os direitos sobre seus espaços territoriais ancestrais, o que inclui a propriedade das terras e o controle sobre o território, de modo a exercer seu direito a estabelecer suas prioridades em matéria de desenvolvimento e contar com os recursos naturais necessários para assegurar sua existência organizada como povo.

O objetivo dessa lei foi reduzir seus territórios, contando com mecanismos de queixa que defraudaram a fé indígena nas instituições estatais e com mecanismos de solução de conflitos de terras que se mostraram ineficazes. Diante disso, as comunidades – que nunca contaram com mecanismos institucionais eficazes para que o Estado salvaguardasse seus direitos – recorreram à “tomada” de propriedades para exigir suas demandas territoriais e dar visibilidade a suas condições de exclusão e à negação de seus direitos. São muitos os casos de ocupação de propriedades indígenas atualmente sob domínio de empresas florestais e sob conflito.

Esses conflitos resultaram em situações muito graves de criminalização dos membros e líderes das comunidades que ocuparam propriedades sob conflito, tipificando essas medidas como delitos. Isso permitiu iniciar processos judiciais contra organizações, comunidades, indivíduos e líderes indígenas, acusando-os de cometer delitos comuns estabelecidos no Código Penal, tais como incêndio, associação ilícita, ameaças e abigeato. Vários casos terminaram com a prisão deles e sua difamação diante da opinião pública. Além disso, foram usadas leis de exceção, como a lei antiterrorismo ou a lei de segurança interna do Estado, o que possibilita aos juízes agravar as penas dadas aos delitos comuns e suprimir garantias processuais.

A política do Estado chileno em relação aos recursos florestais do povo mapuche continua sendo a de exclusão e imposição em um contexto acelerado de perda de florestas e da biodiversidade associada a elas, que se constata hoje no território mapuche como consequência da atividade de florestamento exótico e da proliferação dos monocultivos.

Extraído e adaptado do Documento de Trabalho “Pueblo mapuche y recursos forestales en Chile: devastación y conservación en un contexto de globalización económica”, José Aylwin, Nancy Yáñez, Rubén Sánchez; Observatorio Ciudadano IWGIA, http://www.observatorio.cl/sites/default/files/biblioteca/pueblo_mapuche_y_recursos_forestales_en_chile_devastacion_y_conservacion_en_un_contexto_de_globalizacion_economica.pdf

Início

- Território de mangue: “cultura, tradição e espaço vital dos povos costeiros”



Comunidades, povos e organizações da sociedade civil trabalharam durante vários anos para tornar visíveis os importantes benefícios do ecossistema de mangue e sua existência, reivindicando os manguezais como sistemas altamente produtivos que constituem meios de sustento e espaços onde se vive e onde se praticam as culturas e tradições dos povos costeiros. “O mangue é a nossa empresa natural, é nosso emprego, não nos pede antecedentes, currículo nem identificação; enquanto temos saúde, podemos jogar a rede e obter nosso alimento”, Enrique Bonilla, presidente da COGMANGLAR e pescador de Chameperico, Guatemala.

Hoje em dia, a percepção que se tinha dos mangues como espaços infestados de insetos e mosquitos já mudou. Porém, as lutas por sua defesa se tornam cada vez mais intensas diante de novos e agressivos atores que ameaçam a existência desses espaços e a dos povos e comunidades que habitam neles, na América Latina, na Ásia e na África. “Estão nos exterminando lentamente, as políticas do governo nos criminalizam e nos empobrecem, não somos pobres, temos grandes riquezas das quais os poderosos querem se apropriar. A isso chamamos de racismo ambiental”, diz Marizhelia López, membro do Movimento de Pescadores e Pescadoras da Bahia, Brasil, ao expressar sua preocupação com a perda dos territórios.

Além da indústria do camarão, histórica responsável pela destruição de milhares de hectares de mangues nas zonas tropicais, somam-se à lista de ameaças a exploração petrolífera, os megaprojetos turísticos, açudes e represamentos de rios, a extração de minérios nas costas e nos leitos marinhos, os monocultivos de árvores e de culturas para a produção de agrocombustíveis – como a cana de açúcar e o dendê (palma africana) – grandes complexos portuários, projetos eólicos, ente outras. Todas estas atividades ameaçam cada vez mais os meios de vida coletivos e a vida dos povos costeiros, e configuram um processo de privatização e concentração dos territórios, de extração e exploração da natureza que beneficiam exclusivamente interesses particulares e privados. Como exemplo disso, recentemente, em Honduras, o governo lançou a proposta de cidades-modelo ou Zonas de Emprego e Desenvolvimento Econômico (ZEDE) na zona sul do país. Segundo o Comitê da Defesa e Desenvolvimento da Flora e Fauna do Golfo de Fonseca (CODDEFFAGOL), a proposta é aberrante e representa danos irreversíveis aos manguezais do Golfo.

O mangue, considerado como uma das cinco unidades ecológicas mais produtivas do planeta, é a principal fonte de alimento e sustento para milhões de famílias costeiras que praticam a pesca artesanal e de subsistência, bem como a coleta de conchas, caracóis e caranguejos. Por isso, o mangue é a base da soberania alimentar dos povos. Mais do que isso, é uma barreira natural aos impactos da mudança climática. Para Silvia Quiroa, da CESTA, de El Salvador, “a crise climática é uma realidade que já está afetando comunidades e povos; devemos questionar e nos opor à

instrumentalização dos manguezais como sumidouros de carbono, e a sobrevivência dos povos será o caminho”.

Acima de tudo, o mangue é território; é um dos elementos fundamentais que sustenta a vida nas zonas costeiras, as quais, na maioria dos países, são zonas de uso público. Para Líder Góngora, da CCONDEM Equador, “é importante reconhecer a maternidade do mangue; ele é como uma matriz onde se cria, se protege e se reproduz uma diversidade de espécies”.

É estratégico reivindicar o caráter público dos territórios marinho-costeiros e, ao mesmo tempo, os direitos coletivos que as comunidades e os povos que os habitam têm de decidir sobre sua gestão, sua proteção, sua utilização e sua administração coletiva. É um direito que lhes corresponde porque foram eles que, durante um longo tempo, garantiram a existência dos mangues em função de sua sabedoria, sua cultura própria e seus conhecimentos e tradições ancestrais, transmitidos de geração em geração. “Na Guatemala, durante décadas, as Reservas Territoriais da Nação foram sendo privatizadas, usadas pelos políticos como butins em suas campanhas, e ainda existem grandes interesses de latifundiários, plantações de açúcar, fazendas de camarão e incorporadoras em continuar concentrando mais territórios” – Sergio Maldonado, Avedichamp, Guatemala.

Na luta pelos mangues, as mulheres têm um papel fundamental. Sua contribuição ao desenvolvimento local, comunitário, bem como seus aportes à construção e à defesa dos territórios e ao resguardo e à transmissão dos conhecimentos, é imprescindível, e deve ser valorizada e ganhar visibilidade. Por outro lado, é necessário reconhecer a situação de desigualdade entre homens e mulheres para fomentar a justiça e a equidade social.

Nós, integrantes da Redmanglar Internacional, pensamos em um mundo no qual se privilegie o uso ancestral do território para sustentar a vida como prioridade em relação aos negócios, um mundo no qual as populações locais recuperem sua economia própria e tenhamos intercâmbios solidários e equitativos entre povos.

Carlos Salvatierra, Secretário-Executivo da Redmanglar Internacional. Texto baseado em diálogos de reunião estratégica de Redmanglar, fevereiro de 2014.

Início

POVOS EM AÇÃO

- Apoia os Tupinambá na Bahia, Brasil, pela demarcação das suas terras e contra a militarização!

Novamente solicitamos seu apoio para a luta legítima do povo indígena Tupinambá do estado da Bahia, Brasil.

Apesar de que estudos oficiais da FUNAI, órgão governamental responsável pela questão indígena, comprovam que os Tupinambá ocupam tradicionalmente uma área de 47 mil hectares no sul da Bahia e, portanto, têm o direito constitucional sobre este território, o Ministro da Justiça ainda não assinou as portarias de demarcação sob a pressão de interesses não-indígenas que são contrárias à demarcação. Esses interesses têm obtido, com sucesso, liminares na Justiça brasileira que solicitam, contraditoriamente, a retirada dos indígenas das suas próprias terras. Para

piorar a situação, agora o exercito brasileiro também, além da Força Nacional e Policia Federal, têm ocupado a região numa tentativa de intimidar e retirar os Tupinambá das suas terras.

Os conflitos têm ficado mais acirrados e interesses não-indígenas têm incitado uma onda racista e discriminatório contra os Tupinambá (veja vídeo em http://www.youtube.com/watch?v=s3_jFLJRM3c).

Solicitamos sua ajuda e solidariedade a esta luta, mandando urgentemente uma carta ao Supremo Tribunal Federal (veja carta-modelo no link http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=7370&action=read). Para entender melhor a situação, veja também a seguinte recente nota de solidariedade aos Tupinambá e aos pequenos agricultores na região (<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=7375>)

Início

- Nigéria: coalizão social exige alteração do Projeto de Lei sobre a Indústria do Petróleo como forma de restaurar a transparência e a responsabilização no sector petrolífero

Na Nigéria, uma coalizão de organizações de justiça social e ambiental, incluindo Environmental Rights Watch/Friends of the Earth Nigeria, Green Alliance Nigeria, Host Communities Network of Nigeria e Students Environmental Assembly Nigeria, intensificou a pressão sobre os políticos eleitos para aprovar uma versão melhor do “Projeto de Lei sobre uma Indústria do Petróleo Pró-Pessoas 2012”.

Em 25 de fevereiro de 2014, a coalizão exigiu que o governo adotasse o “Projeto de Lei sobre a Indústria do Petróleo não como é atualmente”, mas com uma emenda proposta pela coligação da sociedade civil”.

A coalizão vê a aprovação do projeto alterado como uma “oportunidade de conter o poder das corporações, o desrespeito total aos meios de subsistência locais e a degradação irresponsável do meio ambiente, a violência, a corrupção e o roubo que têm sido as tristes marcas da indústria nigeriana do petróleo”.

Para a ERA, uma das organizações de justiça ambiental envolvidas na pressão pela aprovação do projeto de lei, aprová-lo é importante porque “consideramos algumas das disposições do Projeto como mecanismos de solução de conflitos para as décadas de enfrentamentos violentos, e para a restauração da transparência e da responsabilização no setor petrolífero na Nigéria”, disse o diretor da organização, Godwin Ojo.

<https://www.facebook.com/pages/Environmental-Rights-ActionFriends-of-the-Earth-Nigeria/81335606026>,

<http://www.mydailynewswatchng.com/2014/03/05/erafoen-others-final-push-pib/>,

<http://nnimmo.blogspot.de/2013/04/draft-petroleum-industry-bill-not.html>

Início

- A empresa austríaca Andritz recebeu o prêmio de responsabilidade “Vergonha do ano 2013” por seu envolvimento em megaprojetos desastrosos

O prêmio “Vergonha do Ano” (Eyesore of the Year) é concedido pela Network Social Responsibility

(NeSoVe) – uma rede de ONGs e representantes dos trabalhadores – a empresas, organizações, instituições e indivíduos que agiram de forma muito irresponsável e sem levar em conta danos sociais e/ou ambientais, muitas vezes usando relatórios de sustentabilidade e responsabilidade social empresarial, pressão e patrocínios. A premiação visa revelar e denunciar esse comportamento vergonhoso, para exigir a responsabilização das empresas.

Em 2013, o prêmio “Vergonha do Ano” foi para a empresa austríaca Andritz, por seu envolvimento em três projetos de hidrelétricas com enormes impactos negativos sobre os direitos humanos e ecológicos: Xayaburi, no Laos, Belo Monte, no Brasil, e Ilisu, na Turquia. Todas as três hidrelétricas estão situadas em áreas altamente sensíveis para a ecologia e, em todos os casos, implicam o deslocamento de dezenas de milhares de pessoas de suas casas, muitas vezes sob ameaça de forças militares ou de segurança.

A empresa também acaba de assinar os contratos para mais um desastroso megaprojeto, da fábrica de celulose OKI, da Asia Pulp and Paper, no meio das florestas tropicais indonésias de Sumatra. Relata-se que a fábrica tem uma capacidade nominal que a tornará a maior linha única de produção de celulose do mundo. As comunidades afetadas temem a poluição de rios próximos, com graves efeitos sobre pesca e a agricultura que praticam, como tem sido o caso com outras fábricas da APP na região.

Ver a nota à imprensa da ECA Watch Austria em http://www.schandfleck.or.at/wp-content/uploads/2014/01/ECA-Watch_PA_Andritz_Schandfleck_en_20140221.pdf

[Início](#)

RECOMENDADOS

- Novo site investigativo e crítico sobre as corporações transnacionais francesas - Observatório das multinacionais – recursos on-line e investigações aprofundadas sobre o impacto social, ambiental e político das corporações transnacionais francesas. Ver <http://www.multinationales.org/?lang=en>

[Início](#)

- There you go! Em todo o mundo, o “desenvolvimento” está roubando a terra, a autossuficiência e o orgulho dos povos tribais e os deixando sem nada. “There you go!” é um curta-metragem satírico da Survival International, que conta a história de como os povos indígenas estão sendo destruídos em nome do “desenvolvimento”. Veja <http://www.survivalinternational.org/thereyougo> - Em breve se divulgará a versão com legendas em espanhol, com o nome de “Allá Vamos otra vez”, que poderá ser vista em <http://www.survival.es/>

[Início](#)
